

# A ADOÇÃO

## como problema e como resposta

Texto de João Seabra Diniz\*

Antes de começar, torna-se necessário um esclarecimento. No texto que se segue faço várias afirmações que são fruto do estudo pessoal, da experiência e da reflexão sobre a experiência. Daqui resultaram convicções, que para mim são claras, mas podem não o ser para os que me lerem. Seria necessário apresentar argumentos mais desenvolvidos que as sustentassem. Dado que o espaço e a natureza deste artigo não permitem uma exposição deste tipo, quero manifestar o meu respeito por quem tiver opiniões diferentes, esperando que a apresentação das minhas possa levar à discussão e aprofundamento de um problema que muito importa esclarecer. Remeto para vários textos em que tenho tratado estes assuntos com maior desenvolvimento.

O nível de imaturidade com que nasce o bebé humano torna necessário, para a sua sobrevivência, que durante muito tempo outros dele se ocupem de forma continuada e regular. Este grau de dependência à nascença e o longo percurso até atingir a autonomia não têm comparação com o de nenhum outro primata.

O homem é pois, de todos os animais superiores, o que, com grande diferença, tem mais longas e maiores exigências do ponto de vista da sua dependência inicial em relação aos pais. E é hoje reconhecido por todos que a prestação de cuidados materiais, sem o envolvimento afectivo da parte do adulto, se revela gravemente insuficiente e determina patologias de tanto maior gravidade quanto maior e mais duradoira tiver sido a carência.

Assim, um dos direitos da criança é o de nascer numa situação em que preferencialmente dois adultos, ou pelo menos um, se encontram emocionalmente envolvidos com ela de uma forma apaixonada. Quando assim é, são capazes de, sem esforço, com determinação e continuidade, introduzir nas suas vidas as alterações indispensáveis para que a essa criança possam ser dados os necessários tempo, atenção e cuidados. Assim, de uma forma natural, ela encontrará o seu lugar próprio e adequado na dinâmica afectiva e relacional de cada um dos pais, e dos dois um com o outro.

Daqui resulta algo de novo, em que cada um adquire um estatuto e uma identidade que antes não tinha, e que lhe é dada pelos outros dois, a partir da relação específica que existe entre os três. As palavras “pai”, “mãe” e “filho” designam uma qualidade que exige formas de relação específicas que constituem uma identidade. Mas o que têm de especial é que cada uma dessas qualidades e identidades, isto é, ser-se pai, mãe ou filho, só pode existir por referência às outras duas. Só existe uma mãe se existir um pai e um filho. Só existe um pai se existir uma mãe e um filho. Só existe um filho se existirem um pai e uma mãe. Tornou-se para nós um facto tão óbvio e habitual que já não pensamos na extraordinária força que tem o facto de cada uma destas três palavras não ser compreensível nem pensável sem as outras duas. Consequentemente, podemos tender a minimizar a gravidade e a tragédia humana que é o poder existir uma criança sem pais que afectivamente e materialmente o sejam no quotidiano do filho. Digo “no quotidiano” para acentuar a minha convicção de que contactos ocasionais e irregulares são absolutamente insuficientes para corresponder às necessidades da situação.

Esta forma de relação que é tipicamente humana, em que o aspecto material dos cuidados brota espontaneamente como uma consequência natural da força e da autenticidade dos afectos que, por sua vez, surgem de se num sistema relacional específico e complementar no qual se integram, é um elemento decisivo para a plena humanização daquele bebé e para o seu percurso como pessoa. A qualidade da humanização do ser humano depende da qualidade das pessoas que povoaram a sua infância, antes de mais dos pais, da forma que acabo de referir.

O lugar natural para o desenvolvimento de uma criança é, pois, na nossa cultura, e para além de qualquer discussão, uma família. Sem os pais o filho não existe, sem uma boa relação com eles (ou seus adequados substitutos) não se desenvolve como pessoa equilibrada e criativa.

A conclusão óbvia será a de que, quando a família de origem de uma criança, seja por que razão for, não quer desempenhar as suas funções em relação a ela ou está, de facto, impedida de o fazer de forma

grave e duradoura, deve ser procurada uma família substitutiva nas melhores condições possíveis. Contrariamente ao que muitas vezes oigo dizer, penso que esta decisão constitui um dos grandes problemas da adopção, e é responsável por muitas das dificuldades e atrasos, sempre falados a este propósito.

Será bom insistir, dizendo que ter uma família não é um “projecto de vida”, entre outros que se possam elaborar em alternativa, a respeito de várias opções possíveis. É a única forma de vida que possa fazer sentido para uma criança pequena. Esta é uma das razões por que não me parece satisfatória a expressão “projecto de vida”, habitualmente usada a propósito de crianças em instituição, ou separadas do seu meio familiar de origem. Em meu entender, e para evitar equívocos, deveríamos reservá-la para outras decisões que é preciso tomar no decorrer da vida de uma criança, quando se apresentem várias escolhas possíveis, mais ou menos equivalentes, a que a criança possa ser associada de acordo com a sua idade, e em ordem a conseguir a orientação que seja mais satisfatória, atendendo às suas capacidades e características, bem como a certas circunstâncias e condicionantes da sua vida. Ao passo que ter uma família, é uma exigência natural e primária que é preciso satisfazer a todo o custo.

Este tema, que não deixará de ser polémico dado ter-se generalizado o uso da expressão em causa, seria um importante objecto de discussão pelos vários aspectos desta problemática que permitiria clarificar e precisar. Terá, no entanto, que ficar para outra ocasião.

Chegado a este ponto, devo abrir um parêntese para fazer um esclarecimento. Todos sabemos que a família ideal não existe. Mas existem famílias que, apesar de problemas e obstáculos de vária ordem, mantêm um nível de desempenho das suas funções que permite a evolução de cada um dos seus membros dentro do paradigma a que nos estamos a referir. Independentemente de quaisquer discussões que se poderiam fazer e cujo interesse teórico não ignoro, uma vez que temos que lidar com problemas práticos inseridos numa realidade social concreta, considero operacional referir-me à concepção de uma família “normal”, tal como é entendida pelo senso comum.

As famílias “normais” precisam, por vezes de ser ajudadas. Em princípio devem ser elas a perceber isso e a procurar ajuda. Esta capacidade fará parte da sua “normalidade”. E existem várias formas de as ajudar, para que possam assegurar um nível funcionamento que não ponha em risco algum ou alguns dos direitos fundamentais de nenhum dos seus componentes. E esta será sempre a primeira intervenção a fazer logo que se detectam sintomas de sofrimento ou desadaptação da criança. É o caso mais comum, que não será, por agora, objecto da nossa reflexão.

Fechemos o parêntese e voltemos ao caso em que é preciso proporcionar uma família substitutiva.

Duas questões se põem, antes de todas as outras. Que família? Quando?

#### QUANDO TOMAR A DECISÃO

O primeiro grande problema é decidir se devemos deixar de contar com a família natural para se ocupar da criança, como seria razoável que acontecesse. É uma decisão crucial, diante da qual muitas vezes se hesita e decide esperar, pensando que o tempo trará uma clarificação. Em muitos casos esta espera compromete a possibilidade de uma adopção em boas condições.

Convém concretizar. Se o problema se põe a um Serviço, quer dizer que se verificou já uma grave carência da estrutura familiar que exigiu o recurso a terceiros para se ocuparem da criança. Penso que **sempre** que isso acontece, e dado tudo o que até aqui tenho vindo a afirmar, se deve obrigatoriamente pôr o problema de estudar a natureza do problema surgido, tentando avaliar a qualidade da família natural e formular um prognóstico de evolução favorável. No caso de esse prognóstico não ser favorável deve pôr-se a hipótese de adopção.

Este estudo apresenta várias dificuldades. Exige conhecimentos e experiência.

Recentemente, os responsáveis preocuparam-se com a existência de muitos menores em Instituição, o que os levou a procurar dinamizar e acelerar os processos de adopção, introduzindo mesmo mudanças legislativas. A melhoria da Lei é sempre benéfica, bem como a chamada de atenção para um problema grave. Mas não creio que isso resolva a situação, se não houver um esclarecimento que consiga introduzir modificações nas atitudes profundas das pessoas.

A razão por que temos tantos menores em instituição, é quanto a mim, e principalmente, não a existência de defeitos na Lei em vigor (que também os terá, evidentemente), ou por problemas processuais, mas sobretudo devido aos preconceitos e hesitações de tantos intervenientes nas situações aos seus vários níveis. Que no momento da decisão hesitam. Se não fosse isso, os eventuais problemas que a Lei possa ter, não seriam um obstáculo decisivo.

Tenho verificado inúmeras vezes que ao nível da formulação dos princípios gerais se consegue um acordo sem grande dificuldade. Mas quando se trata de decidir perante os casos, é aí que surgem as divergências.

**Perante um problema surgido com uma criança muito pequena, há muitas vezes a tendência a pensar que “há tempo”, que se pode esperar. Esperar o quê? Às vezes não é muito claro o que se espera. Esta tendência a adiar uma decisão é reforçada pelo envolvimento afectivo que uma criança em baixa idade sempre solicita. Os cuidados que exige são aparentemente mais simples, ela não protesta, parece contentar-se. É fácil ter a ilusão de que ela não distingue entre as pessoas. Todos podem sentir-se, por momentos, um pouco “pais” e “mães”. E isso pode criar a ilusão de que tudo está bem.**

A partir daqui, os mais bem intencionados poderão ser vítimas do sentimento de culpa ligado à ideia de que se vai privar a mãe natural da posse daquele filho. É um momento em que a emoção é intensa e pode levar a perturbar a objectividade do raciocínio.

Imagino que se possa pensar que exagero e estou a criar uma situação sentimentalista. É, de facto, por vezes um momento de sentimentalismo fácil, em que os problemas pessoais dos adultos que se ocupam dos casos interfere pesadamente com a sua actuação de profissionais. E aí é que está o perigo.

**Do meu ponto de vista, mesmo com uma criança muito pequena, o critério de urgência não deve ser perdido de vista, e a urgência não impede a devida ponderação. A adopção de uma criança em baixa idade oferece melhores condições de sucesso, e é isso que se deve fazer sempre que possível. Trata-se da defesa do bem da criança. Deixar passar o tempo sem razões poderosas pode provocar um prejuízo irreparável.**

Um trabalho bem feito junto da mãe ou dos pais naturais, permite com frequência ultrapassar as resistências de princípio, que quase sempre se manifestam, à prestação do consentimento. A delicadeza, a convicção e a capacidade de compreensão do técnico serão elementos indispensáveis para um bom resultado.

Reconheço que há casos em que não é fácil tomar uma decisão. Quanto a esses terá que se esperar até ser claro o que há a fazer. Mas há muitos outros em que não é difícil, a partir das circunstâncias e dos contactos havidos com a mãe ou com os pais, perceber que a desmotivação e a má qualidade parental permitem formular sem dificuldade um prognóstico negativo quanto à evolução da situação.

A defesa do bem da criança exige que não se alimentem ilusões.

Quem lida de perto com os casos de pré-adolescentes, adolescentes ou jovens que estão ou estiveram em Instituição, sabe bem que muitas dessas pessoas, que agora muitas vezes se encontram em situação dramática, poderiam ter sido adoptadas em baixa idade, se oportunamente se tivesse estudado o caso com maior exigência e se tivessem tomado as medidas necessárias. Se isso se tivesse feito, as suas vidas teriam tomado um curso inteiramente diferente.

No momento presente, em grande número de casos de adolescentes, já não existe possibilidade de adopção sem graves riscos, mesmo que se encontrasse uma família que aceitasse a experiência. Por isso, e infelizmente, o objectivo anunciado de se irem resolver com a adopção os casos de menores institucionalizados, apresenta-se como excessivamente optimista, porque só será aplicável a um número muito diminuto de situações.

A questão que será importante esclarecer se se quiser encontrar uma solução para o futuro, será tentar saber por que é que a hipótese da adopção não foi encarada muito mais cedo, já que em muitas histórias destes jovens é possível identificar o momento em que, há vários anos – às vezes muitos – teria sido possível começar a preparar a adopção.

Repito que considero esta a principal razão de tantas adopções só tardiamente terem sido feitas, ou não terem mesmo existido. O obstáculo mais frequente não é o texto legal mas a maneira como as situações são compreendidas e analisadas, o que, quando é o caso, condiciona a maneira como é interpretada a norma legal.

#### QUE FAMÍLIA ESCOLHER

A adopção é, segundo creio, a melhor resposta ao caso de crianças privadas da sua família natural. Mas não é a solução milagre para todas as situações.

Por outro lado, para que a adopção seja boa para a criança, para que esta se sinta feliz na sua nova família, é indispensável que os adultos que aceitaram recebê-la se sintam felizes com a sua presença. Como é óbvio, isso deve acontecer não apenas nos primeiros dias em que levam a criança para casa, mas ao longo da vida.

O facto de haver pessoas que se apresentam cheias de entusiasmo, pode não ser garantia de sucesso de uma futura relação de adopção, mesmo sem pôr em causa a sinceridade do pedido. Com maioria de razão, quando se trata de propor uma criança que apresenta características, quer físicas quer psicológicas, que a tornam um caso difícil, a afirmação de uma disponibilidade por parte dos candidatos exige uma ponderação especial.

Deve ter-se bem presente que a relação familiar implica uma convivência íntima e uma partilha do quotidiano, em princípio pensada para durar toda a vida. No caso dos filhos essa relação revestirá modalidades diferentes conforme a evolução para a maturidade e autonomia. Para que esta situação se mantenha com boa qualidade, proporcionando bem estar e prazer a todos os intervenientes, é necessário um conjunto importante de condições e capacidades pessoais que não dependem apenas de uma decisão da vontade. Seria um longo tema a tratar. Bastará dizer aqui que, no caso de adoptantes que não tenham condições para viver uma situação deste tipo, se o seu pedido for aceite ir-se-á criar uma situação dolorosa ou mesmo dramática para todos.

Não é uma situação muito diferente da que se verifica com escolhas matrimoniais infelizes ou com pais sem condições mínimas para o serem. Não são raros tais casos. Mas quando se trata da adopção há um Serviço que tem a responsabilidade de seleccionar e escolher e não pode iludir-se esta necessidade.

A vida familiar e a relação entre pais e filhos são um projecto aliciante que traz múltiplas gratificações. Mas não se trata de um sonho cor de rosa, isento de dificuldades. Todos o sabem.

Quem trabalha neste campo delicado deve saber aliar o entusiasmo pelos valores que defende com o realismo sobre as condições reais, as capacidades e os limites das pessoas com quem trabalha. E isso faz com que não possa defender o bem das crianças que tem a seu cargo, como é sua obrigação fazer, sem procurar igualmente criar situações favoráveis às pessoas que pretendem adoptá-las. É essencial não perder de vista esta exigência, se quisermos evitar desentendimentos penosos ou mesmo rejeições, que já se têm verificado, com a gravidade que nunca deixam de ter.

No caso da adopção não existe uma patologia específica, mas não há dúvida de que apresenta algumas dificuldades que lhe são próprias. Quando se trata da adopção de uma criança de baixa idade, isto é, que ainda não tem uma longa história pessoal que a marque, as dificuldades vêm sobretudo da parte dos adoptantes. Estes têm uma história mais complicada que a dos outros pais, cujo peso se fará sentir nos momentos de tensão entre pais e filhos que nunca deixam de se apresentar. Nessa altura será útil que possam falar com alguém que os ajude a perceber que o problema se deve compreender como um episódio normal dentro das relações familiares e não é uma anomalia provocada pela adopção.

A escolha da família adoptiva representa, pois, um problema muito complexo. Em geral, antes de tomarem a decisão de adoptar, os candidatos fizeram um percurso doloroso, tiveram que superar hesitações e dúvidas. Quando procuram um Serviço, têm a sensação de que se passou tempo de mais, trazem uma decisão tomada que em geral se acompanha de uma grande idealização do projecto de adoptar. E sentem uma enorme urgência em vê-lo concretizado. Mas não é raro que tragam também inquietações de que não se atrevem a falar com medo de serem mal interpretados.

Da maneira de os acolher e de os ouvir depende muito do bom resultado de todo o processo. O problema humano que pode representar uma candidatura de adopção terá que ser tido em conta, bem como as consequências psicológicas de uma eventual demora excessiva na resposta, ou mesmo de uma recusa. Mas será uma ilusão pensar que, facilitando, ou porque se quer ser compreensivo ou porque é urgente colocar uma criança, se irá contribuir para a felicidade daquelas pessoas. Em minha opinião ir-se-á criar uma situação de risco.

Está em projecto alargar a idade dos adoptantes até aos sessenta anos. Penso que será um dos exemplos do desejo bem intencionado de não se ser rígido. Mas porquê, se não há falta de adoptantes e o fim da adopção é o bem da criança e não resolver os problemas dos adultos? Dir-se-á que assim iremos poder resolver casos em que a adopção seria difícil de outro modo. Se isso quer dizer que não havia casais mais novos que aceitassem esses adoptandos, o resultado prático será que, tirando algumas situações muito especiais, iremos com essa medida entregar os casos mais difíceis aos casais que têm menos condições para os receber.

De qualquer forma, deve ter-se presente que adoptar uma criança pequena não é o mesmo projecto do que adoptar um pré-adolescente ou um adolescente. E estas duas últimas situações serão sempre mais difíceis.

A adopção é uma boa resposta mas é indispensável ter em conta os seus problemas. Os profissionais que trabalham neste sector têm que ter competência no que se refere às crianças, mas também uma igual competência em relação aos adultos. ■

*\*Psicanalista*